

ABERTURA COMERCIAL E RECONFIGURAÇÃO DA PRODUÇÃO ECONÔMICA NA AMAZÔNIA LEGAL

José de Ribamar Sá Silva¹
Benjamin Alvino de Mesquita²

RESUMO

A adoção de medidas favorecedoras de maior abertura comercial vem gerando, ao longo das duas últimas décadas, mudanças em diferentes regiões e atividades ao redor do Planeta. A dimensão e os impactos de tais mudanças no desenvolvimento de economias emergentes e subdesenvolvidas tem se constituído preocupação central nos estudos de diversos pesquisadores. Nesse contexto, o presente artigo busca apreender o que vem ocorrendo, no referente às atividades econômicas, em regiões periféricas do Brasil, em particular na Amazônia, a partir, por um lado, da redução da presença do Estado na coordenação e na indução de investimentos produtivos para o desenvolvimento regional, e por outro lado, do avanço da ação do grande capital, principalmente articulada à produção de *commodities*.

Palavras-chave: Amazônia; Política comercial; Desenvolvimento regional; Produção de Commodities; Agricultura familiar.

1 INTRODUÇÃO

Especialmente na década de 1990, o Governo brasileiro passou a aprofundar medidas econômicas que se coadunam mais com os interesses dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e OMC), procurando impor internamente as exigências expressas no chamado *Consenso de Washington*: maior abertura comercial, desregulamentação e privatização, entre outros aspectos. O que resultou dessas medidas tem sido mudanças questionáveis do ponto de vista do conjunto do país, especialmente para regiões menos desenvolvidas, como a Nordeste e a Amazônia, e para segmentos ou atividades da economia que não estão diretamente vinculadas ao padrão de produção que passou a ser incentivado. Os setores articulados à dinâmica internacional, sobretudo àqueles movimentos determinados pelo crescimento da Ásia, beneficiam-se amplamente. Contudo, os impactos são negativos para as atividades relacionadas à

¹ Universidade Federal do Maranhão – UFMA (zederiba@hotmail.com)

² Universidade Federal do Maranhão – UFMA

agricultura familiar, à pesca artesanal e ao extrativismo. A idéia principal por trás dessa estratégia de mercado, “de competitividade”, é inserir o país ainda mais fortemente no comércio internacional, a fim de se aproveitarem as vantagens comparativas que adviriam das reformas propugnadas. Com isso, superar-se-ia a chamada “década perdida” e a economia voltaria a crescer a taxa significativa, porque o capital (produtivo) voltaria a fluir ao país, promovendo-se assim o desenvolvimento.

Observando-se retrospectivamente esses quinze “gloriosos anos” (1990/2005), pode-se perceber que a realidade não é bem essa, nem para a economia brasileira de um modo geral, muito menos para as regiões menos desenvolvidas do país. O Brasil cresceu em torno de 2,5% ao ano, nesse período, bem abaixo da média mundial e da América Latina. A Amazônia, apesar de apresentar taxas superiores à do país, comparativamente, ambos cresceram muito abaixo do que tinham crescido em momentos anteriores na história recente, o ‘milagre’ e a ‘década perdida’ (MESQUITA, 2008). As economias regionais, como da Amazônia, pouco avançaram em termos de geração de riqueza (PIB). Os desequilíbrios regionais (tanto inter quanto intra) continuaram marcantes, com tendências a se acentuarem ainda mais. Esse fenômeno é um reflexo do modelo econômico que privilegia segmentos dominados por mega empresas articuladas ao mercado internacional, em detrimento daqueles voltados para o atendimento do mercado regional ou interno, que geram renda, emprego e desempenham papel essencial para a segurança alimentar.

Percebe-se, pois, que a repercussão da política neoliberal no Brasil foi desfavorável à agricultura familiar, porém muito adequada à expansão da produção de determinados grãos, da pecuária e da extração mineral. Com a reforma do Estado, este se afasta do papel de indutor e condutor do desenvolvimento regional, mas a expansão e a modernização da agricultura na Amazônia não se encerram e continuam a avançar, só que de forma diferenciada e seletiva, inclusive espacialmente. A diferença é que, nos anos de 1990, a dinâmica da economia já não dependia fundamentalmente de agências governamentais (Sudam/ADA), encontrando-se mais fortemente vinculada à lógica do mercado, baseada na dinâmica externa das *commodities*. Em outras palavras, tanto num momento anterior quanto a partir dos anos de 1990, a pecuária e a produção de grãos são os destaques e se diferenciam, em termos de ritmo de crescimento e na incorporação de mudanças, relativamente aos demais produtos, especialmente os da agricultura familiar. A questão preocupante é que a direção tomada se faz a acompanhar, enquanto

padrão de desenvolvimento, do agravamento das condições reais de exclusão social, de forma mais evidente do que os potenciais fatores de inclusão.

O presente texto objetiva, pois apresentar resultados preliminares de uma pesquisa³ em desenvolvimento sobre os impactos do agronegócio na Amazônia brasileira, em particular, sobre a agricultura familiar, a economia regional e as questões sócio-ambientais. Assim, estabelece-se um recorte espacial/temporal, procurando-se dar destaque a algumas questões decorrentes das mudanças percebidas no período considerado (1990 a 2005), período esse caracterizado pela ênfase dada ao mercado e pelo afastamento do Estado de sua função ativa, indutora e condutora da política de desenvolvimento regional.

2 ALGUNS IMPACTOS DA DINÂMICA DO MERCADO MUNDIAL NA AMAZONIA BRASILEIRA

Desde a década de 1990, a economia da China vem apresentando crescimento anual acima de dois dígitos (10,3% a. a). Ao lado de outras economias emergentes, neste início de século, obteve desempenho acima da média mundial e das economias ricas (FMI, 2006). O que explica essa performance são as mudanças no âmbito do comércio internacional, investimento, câmbio e fluxo de capitais, sob a égide da economia americana. Países como a China e os novos *tigres asiáticos*, souberam tirar proveito da desregulamentação, inclusive, sem abrir mão da presença do Estado na economia, e, num curto espaço de tempo, experimentaram transformações significativas em suas estruturas produtivas (expandindo-se as manufaturas) e de consumo, com significava repercussão nos fluxos de bens e serviços no comércio internacional. Outros países, como o Brasil e a Argentina, há muito tempo especializados em produzir grãos (*commodities*), aumentaram sua capacidade produtiva e de exportação nestas atividades e ingressaram num considerável ciclo de expansão. Esse fenômeno teve em sua dianteira os complexos da soja e da carne. Porém, outros produtos agropecuários voltados para a exportação⁴ também se beneficiaram desse crescimento de demanda por alimentos e matéria-prima, num processo que no Brasil se deveu, sobretudo, à procura oriunda das economias emergentes e, por outro lado, à disponibilidade de terras a serem

³ Financiada pela FAPEMA e PPGPP/UFMA

⁴ Produtos florestais, complexo sucroalcooleiro, couro e derivados; café, fumos e derivados, frutas (castanhas e nozes) e suco, têxtil e fibras e outros.

incorporadas na produção - 104 milhões de hectares, dos quais a parcela maior se encontra na Amazônia (MESQUITA, 2008).

Em nosso país, as políticas neoliberais a partir da década de 1990 implicaram um verdadeiro desmonte não só da política agrícola, mas também, de parte significativa da estrutura de apoio (assistência técnica, extensão rural e pesquisa), que existia desde os anos de 1970 e que se direcionava, especialmente, para a agricultura familiar. Com isso, este segmento da produção de alimentos viu-se exposto a uma competição desigual e predatória com os grandes oligopólios da indústria fornecedora de bens de produção para a agricultura. Ao mesmo tempo, foram criados instrumentos fiscais e financeiros voltados exportações, a exemplo da Lei Kandir.

De acordo com a CEPAL, ao longo da década de 1990 e na década atual, o gasto público por habitante rural caiu no conjunto dos países latino-americanos, dentre os quais se destacam Argentina, Brasil, México, Costa Rica e Peru, ainda que em anos recentes esse gasto tenha aumentado no Chile, Panamá, Equador, Guatemala e Uruguai (CEPAL, 2008).

Nos últimos vinte anos, novos pacotes tecnológicos foram e são promovidos e implantados, em sua maioria, por grandes empresas e corporações, nacionais e transnacionais e, em alguns casos, por universidades e centros de pesquisas estabelecidos nos países, sobretudo, industrializados. Cabe ressaltar, no entanto, que a empresa brasileira de pesquisa agropecuária (EMBRAPA), continua desempenando papel importante - apesar de restrições de ordem orçamentária - à pesquisa e ao desenvolvimento na agropecuária. Por conta da limitação de investimento, na América Latina, a pesquisa e a inovação originadas na rede pública estatal deterioraram-se cada vez mais e abre-se espaço para que grandes grupos privados articulados ao agronegócio exerçam esse papel e, assim, privatiza-se um conhecimento que é fundamental aos segmentos voltados à produção de alimentos básicos e à segurança alimentar.

Ressalta-se que a adesão do Brasil aos ditames do *Consenso de Washington*, com conseqüente renúncia à condução autônoma de uma política nacional de desenvolvimento, de um lado, favoreceu amplamente os produtos de exportação (agrícola e mineral), em geral, constituindo-se meros enclaves em economias locais, e, de outro lado, penalizou fortemente os segmentos articulados aos circuitos internos e regionais, como a agricultura familiar, os agro-extrativistas e os pescadores artesanais, dentre outros, que sem força política ou econômica para enfrentar a política neoliberal,

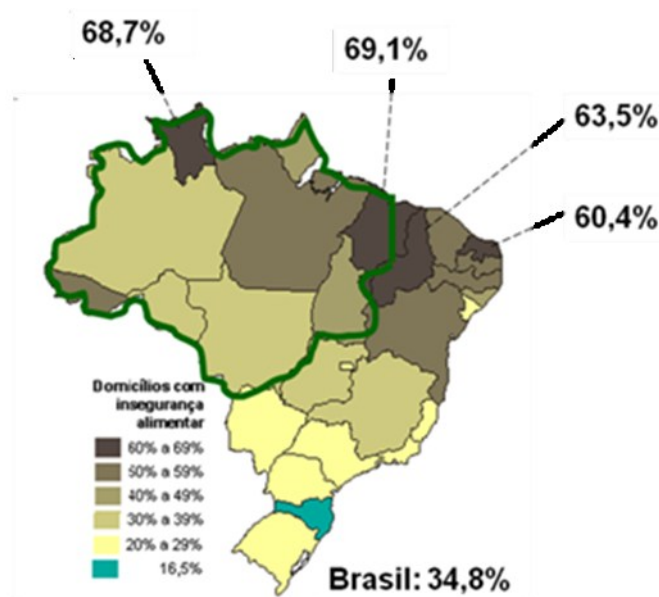
não conseguem avançar em meio à concorrência desigual. O resultado é que, apesar do crescimento significativo da produção e das exportações de *commodities* na Amazônia, expresso nos registro de superávit da balança de pagamento, a ascensão dos níveis de exclusão social, as desigualdades intra e inter regionais, a concentração de renda e da terra⁵ e o descarte de trabalhadores agrícolas não qualificados, continua em ritmo preocupante, inclusive no meio rural, onde vem ocorrendo esse *boom de exportação* (MESQUITA, 2009).

A Amazônia Legal, enquanto jurisdição político-administrativa, é idealizada e formalizada pelo Governo Federal ainda da década de 1950 (Lei 1806 de 06/01/1953), com objetivo de melhor intervir na região. Especialmente, abrange extensa área do território nacional (cerca de 61%), incluindo os estados da região Norte mais o Mato Grosso e parte do Maranhão. Essa área, para efeito de distribuição de incentivos fiscais e da condução da política de desenvolvimento regional, esteve sob jurisdição da SUDAM (hoje ADA), desde a criação desta agência governamental de desenvolvimento, na década de 1960. De acordo com dados oficiais, a Amazônia Legal abriga 12% da população, 5% do PIB e 10% dos imóveis rurais, a maioria dos quais de caráter familiar, com área inferior a 100 hectares.

A Amazônia brasileira, nos últimos 50 anos, passou por profundas e significativas mudanças em todos os aspectos: ambientais, sociais, econômicos e demográficos. O “vazio” demográfico tornou-se um cenário onde se encontram grandes metrópoles, médias e pequenas cidades. O perfil produtivo não se define mais apenas pelo extrativismo, mas por uma série de setores e atividades capitalistas e por níveis de especialização, que alteram substancialmente a relação capital e trabalho. Se o avanço econômico, expresso pelas de crescimento econômico merece destaque pelo desempenho superior à média regional, ao longo de décadas, no entanto, esse avanço econômico não tem sido apropriado pelo conjunto da população. Ao contrario, a grande maioria continua sendo excluída do “desenvolvimento econômico”. Na verdade, esse “sucesso econômico” é sinônimo de crise social e ambiental, fenômeno desconsiderado tanto pelo planejamento autoritário característico do período militar como pelas forças de mercado.

⁵ O índice de Gini para a região é de 0,81, portando muito elevado considerando-se a escala de 0 a 1.

Em termos econômicos, o PIB da Amazônia é modesto (5,3% do PIB brasileiro), porém tem crescido 6,6 % ao ano nas últimas três décadas. O PIB per capita, de R\$ 6.500,00, embora seja superior ao do Nordeste (R\$ 4.927,00), corresponde a cerca de metade da média do país. O grau de industrialização (25%) é inferior ao do Nordeste (28%). No plano social, o IDH é de 0,733, sendo que a evolução deste indicador, num intervalo de 32 anos, foi apenas 37%, enquanto o do Nordeste cresceu 69%. A incidência de pobreza na Amazônia é de 19%, enquanto o conjunto do país apresenta 12,9% (ALBUQUERQUE, 2005). Em meados da década atual, dados do IBGE mostram que todos os estados da Amazônia Legal apresentavam mais de 30% dos domicílios em situação de insegurança alimentar e dois deles, com quase 70%, representavam os casos mais graves no conjunto do país, como se observa no mapa a seguir.



Domicílios em insegurança alimentação -2005

Fonte: IBGE/PNAD

Nos últimos 17 anos (1990/2007), o cenário da Amazônia brasileira na parte referente ao setor agrícola passou por transformação significativa, em termos qualitativos e quantitativos. O agronegócio de grãos, dendê, eucalipto e de carne, é um dos destaques, apresentando crescimento excepcional (no caso da soja, 9,2% a.a), se comparado com outras culturas do mercado interno, que cresceram lentamente ou

decaíram (arroz, mandioca e feijão), ou mesmo em comparação a outras regiões, como Sul e o Sudeste. Assim, a Amazônia assume, nos anos recentes, um papel cada vez mais importante em termos de produção e exportação de *commodity*, especialmente, soja, minerais e carne (IBGE, 1990, 2005). O atual êxito da soja e pecuária, para ficar apenas nas mais relevantes, tem raízes no passado recente da política de modernização nos anos de 1970, através da qual se privilegiou a ocupação do cerrado por grãos e pecuária e a integração da Amazônia, sobretudo pela pecuária bovina extensiva e subsidiada. Neste período, por meio de diversos instrumentos (por exemplo, crédito rural subsidiado e incentivo fiscal), o Estado desempenhou (e ainda tem) um papel fundamental na atração e indução de investimento privados para essa região do país. Todavia, com a expansão da política neoliberal nos anos de 1990, ampliou-se o espaço econômico dominado por grandes empreendimentos capitalistas e articulado ao mercado internacional. Como consequência percebe-se a concentração da produção das *commodities* em alguns estados da região (Pará, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão) e uma privatização descomunal da terra no espaço amazônico. No plano interno, outros fatores, não menos importantes como à *urbanização, redução de ganhos financeiros, o crescimento do mercado consumidor e da renda per capita a nível nacional*, entre outros, se somaram aos existentes para imprimir essa dinâmica do agronegócio na Amazônia

A agricultura familiar na Amazônia, apesar de numericamente mais importante, em termos ocupação da força de trabalho, oferta de alimento e do papel que representa à segurança alimentar, foi excluída deste ciclo de expansão e da apropriação de excedente gerado neste contexto globalizado. Essa maioria, em particular, as comunidades e povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agros extrativistas) está sendo vitimada pela expropriação das grandes empresas (inclusive estatais) e deixa à margem deste “desenvolvimento” privado.

Do ponto de vista do meio ambiente, pode-se observar a perda superlativa da biodiversidade que acompanha o desmatamento que antecede a implantação dos grandes empreendimentos para produção de *commodities*.

Outro ponto que chama atenção na Amazônia é o grau de concentração da produção (tanto industrial quanto agrícola) e de serviços em apenas dois estados: Amazonas e Pará. Fato análogo se nota no aspecto demográfico. A população urbana está concentrada nas respectivas capitais desses dois estados, Manaus e Belém. Indicadores selecionados para a Amazônia revelam significativas disparidades

interessadas em diversos planos, um acentuado grau de concentração de recursos e de especialização. Os dois estados mencionados representam mais de 2/3 dos quantitativos em quase todos os aspectos, demográficos econômicos, sociais e ambientais. Relativamente ao conjunto da Amazônia brasileira, o Amazonas⁶ e o Pará, juntos, detêm 73 % da área (41% e 32%, respectivamente), 70 % da população (22% e 48%) e 75% do PIB (37% e 38 %). Por outro lado, conforme destacam Mesquita (2009) e Paula (2008), mais de 25% do desmatamento também ocorrem nesses estados. No gráfico a seguir, pode-se observar uma ilustração do desmatamento na quais os estados que mais contribuem para sua expansão, onde se destaca o estado do Mato Grosso, seguido do lado do Pará e de Rondônia.

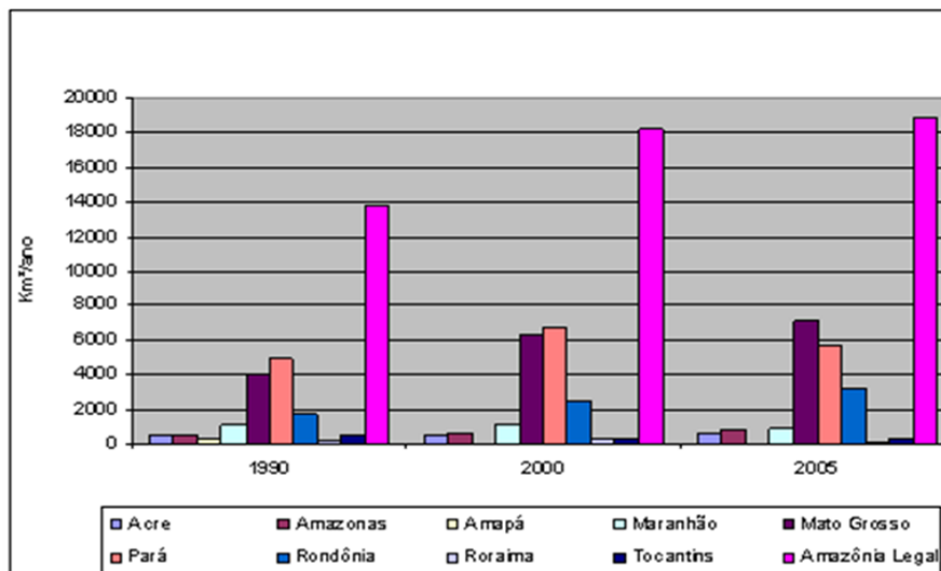


Gráfico 1 Evolução da Desmatamento na Amazônia Legal (1990 - 2005)
Fonte: IBGE

Qualquer que seja o ângulo que se analise a Amazônia, percebe-se que a mesma padece de problemas crônicos como outras áreas de desenvolvimento retardatário (o Nordeste brasileiro, por exemplo), ou seja, há distorções profundas entre e intra-região, em termos de distribuição de riqueza, emprego, IDH, dentre outros. E, economicamente, apesar da taxa do PIB registrado (3,2% a.a) na última década, ser

⁶ O Amazonas tem um elevado grau de urbanização 75%, Manaus sozinha detém cerca de 62% da população e a indústria chega a representar 61% do PIB do Estado e 70% do PIB regional. O PIB per capita estadual, PPC\$ 7.893, é mais do dobro do paraense; (PPC\$ 3.704) e 68% maior que o Amazônia (PPC\$ 4.769), tais fenômenos se devem à importância de Manaus como pólo demográfico e industrial de grande expressão relativa. Ver Albuquerque (2005)

superior a do Brasil (2,6%) e do Nordeste (2,7% a.a), o nível de riqueza (PIB) é ainda insignificante, algo em torno de 5,3% do PIB nacional, o que equivale ao PIB do estado da Bahia. Em quinze anos, a participação do PIB regional na economia brasileira cresceu apenas 0,35% (de 4,94%, em 1990, passou para 5,29, em 2004), conforme observou Mesquita (2008b).

A estratégia empresarial (com apoio de governos estaduais), pautada na política neoliberal, em direção a Amazônia balizada no agronegócio e na extração mineral pós 1990, estruturalmente pouco agregou a economia regional (MESQUITA, 2008a). Em outras palavras, seja no plano setorial, social, ambiental ou ecológico, os potenciais resultados favoráveis deixam a desejar. Excluíram-se dezenas de milhares pequenos e médios produtores, sem que se lhes criasse uma alternativa de sobrevivência digna. A consequência dessas políticas excludentes ao longo do tempo é a persistência de alta taxa de pobreza e miséria, da desigualdade socioeconômica e regional e da expansão desenfreada do desmatamento. A crise sócio-ambiental em andamento na Amazônia, e em outras áreas excluídas desse “sucesso econômico”, foi embalada por diversos fatores, mas, dois deles se sobressaem: de um lado, a desregulamentação sem paralelo, dos anos 1990, e, de outro lado, a omissão do Estado na função de promotor do desenvolvimento econômico, na correção de rotas das desigualdades regionais.

Em síntese, pode-se dizer que as mudanças nos meios de transporte e comunicação, decorrentes da regulamentação financeira e do controle de mercados e territórios de produção por mega empresas dos países ricos, é o grande responsável por essa transformação no plano econômico e de consumo que se observam nas economias desenvolvidas e emergentes pós 1990. Para economias como as asiáticas, o Estado não se absteve de participar e até “deu certo rumo à globalização”. Entretanto, o Brasil ao aceitar a lógica neoliberal abdicou da intervenção e do planejamento, ou seja, deixou de ter um papel indutor nesta estratégia de inserção na economia internacional. O Estado, na verdade, *terceirizou ao mercado* essa tarefa. O grande capital, seja qual for sua fração (financeiro/industrial/fundiário/comercial), passou a decidir a direção do investimento, privilegiando áreas mais dinâmicas e/ou atividades articuladas a corrente majoritária do comércio internacional. A expansão de atividades voltadas para a produção de *commodities* está dentro dessa lógica. E, a Amazônia tem sido a “bola da vez”, enquanto *locus* de reprodução do capital em escala ampliada.

Evidentemente, o Estado concordou e ainda amparou essa expansão. A falta de título de propriedade da terra ou a insuficiência de infra-estrutura produtiva não foram obstáculo para o avanço, rumo ao interior da Amazônia, da soja e da pecuária, nem das atividades de companhias como Vale, Alumar, Albras e Petrobras. Isso porque, outros fatores, como a facilidade de grilagem de terras públicas, a inoperância de órgãos governamentais e do Judiciário, a corrupção de políticos e a desarticulação política da maioria da população impactada pelos projetos, mais do que compensaram esse quadro de indefinição da propriedade privada (sustentáculo primeiro do capital). Na Amazônia, a via legal foi substituída pelo império da violência privada generalizada. Assim, pode-se entender por que, após a devastação do cerrado, a devastação da Amazônia surge com alvo do avanço do agronegócio vinculado a exportação.

Do ponto de vista social, sobram as mazelas resultantes da desestruturação das atividades tradicionais, atividades produtoras de alimentos e, do ponto de vista do meio ambiente, produzem-se profundas feridas na cobertura vegetal, a uma velocidade nunca antes presenciada na história da ocupação dessa região.

3 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO PRODUTIVO NA AMAZÔNIA

Um confronto dos dados relativos à soja, pecuária e arroz permite-nos nestes 15 anos analisados (1990/2005), observar as mudanças espaciais ocorridas nas diversas atividades, assim como assinalar os diferentes “territórios da produção” isoladamente e/ou em conjunto, ou ainda as interseções que ocorreram.

A participação do conjunto da agricultura na composição do PIB decresceu consideravelmente, no período considerado. No entanto, os dois principais produtos do agronegócio (soja e pecuária) cresceram substancialmente, respectivamente 10,5% e 7,2% ao ano, tendência não acompanhada pelo o arroz (nem pela mandioca, que apresentou desempenho negativo), que fica em torno de dos 2,2 % ao ano. A tabela a seguir mostra algumas mudanças em curso em nessas atividades. Do lado da soja e da pecuária, as alterações são enormes. A s soja cresceu 100% e a pecuária, 81%. A década de 1990 representa o marco de entrada da soja na Amazônia, através dos estados de Rondônia, Tocantins e Maranhão. Na pecuária nota-se um intenso processo de *pecuarização* da Amazônia ocidental (Rondônia e Acre). O arroz, na região, cresceu

apenas 21%, em 15 anos. No nível de estados, a produção se caracteriza por um comportamento oscilante, inclusive com quedas importantes, que é o caso do principal produtor (Maranhão), mas, também há subida no Pará, no Amazonas e no Mato Grosso.

ESTADO	Soja		Arroz		Pecuária	
	1990/00	2000/05	1990/00	2000/05	1990/00	2000/05
Rondônia	154	538	12	-1	229	100
Acre	-	-	-14	-7	158	124
Amazonas	-	113	563	-30	32	42
Roraima	-	-	139	50	-	5
Pará	-	5.577	130	193	66	76
Amapá	-	-	140	172	19	17
Tocantins	120	513	-15	33	42	30
Maranhão	1073	108	-30	10	5	57
Mato Grosso		110	97	22	109	41
Amazônia Legal	101	121	21	15	81	57

Tabela 1 – Variação do crescimento da produção de soja, arroz e pecuária na Amazônia Legal (1990, 2000 e 2005)

Fonte: IBGE

Nos cinco primeiros anos do séc.XXI, a soja (121%) e pecuária (57%) continuou a crescer mais muito que o arroz (15%). Dois aspectos chamam atenção: de um lado, a entrada definitiva de Rondônia, Pará e Amazonas no ciclo da soja e, de outro, a continuidade do processo de *pecuarização* do Acre e Rondônia, iniciada em 1990. Nesses estados o rebanho cresceu 100% e 124%, respectivamente. Os gráficos 2 e 3, mais adiantes, destacarão a dimensão da evolução da produção de soja e da pecuária, nos primeiros anos da década de 2000, relativamente ao ano de 1990.

Enquanto no estado do Amazonas há redução na área ocupada pelo arroz (cerca de 30%), observa-se crescimento em Roraima e no Amapá. Porém, uma questão importante a destacar é o perfil de estabelecimento que estão por trás da produção desses produtos no conjunto dos estados da região.

Na Amazônia a produção de soja é conduzida, sobretudo por grandes estabelecimentos (mais de 5 mil hectares). Em média esses estabelecimentos representam 28% do total de estabelecimentos da região, mas há estados, como o

Maranhão e Rondônia, onde esse percentual é bem superior, atingindo respectivamente 48% e 51%. Para a pecuária a tendência é parecida, porém menos acentuada.

Para os produtos da agricultura familiar (principalmente, mandioca e arroz), esse perfil é bastante diferente. No caso da mandioca, 76% da produção provêm de estabelecimentos com menos de 50 hectares, em termos de média regional. Mas, no Amazonas e no Maranhão, os percentuais são superiores à média, corresponde respectivamente a 85% e 89%. Um aspecto que chama atenção é que 10% da produção de mandioca no estado do Tocantins têm origem em estabelecimentos com mais de 1.000 hectares.

Quando se observa o arroz, encontra-se um quadro da produção por estabelecimento um pouco diferente da mandioca e da soja. Embora prevaleça o pequeno estabelecimento, na proporção de 1/3, a presença de médios e grandes estabelecimentos é relevante. Os grandes estabelecimentos chegam a responder por 19% da oferta. Considerando-se essa situação, pode-se agrupar as unidades federativas em três blocos distintos, quanto ao tamanho dos estabelecimentos produtores de arroz: num extremo, os estados do Maranhão e do Amazonas, com um alto percentual de pequenos estabelecimentos, respectivamente 72% e 62%; no outro extremo, Mato Grosso e Roraima, onde predominam o mega produtores de arroz (com mais de 5 mil hectares), os quais respondem por 30% da produção; e, numa faixa intermediária, todos os demais estados.

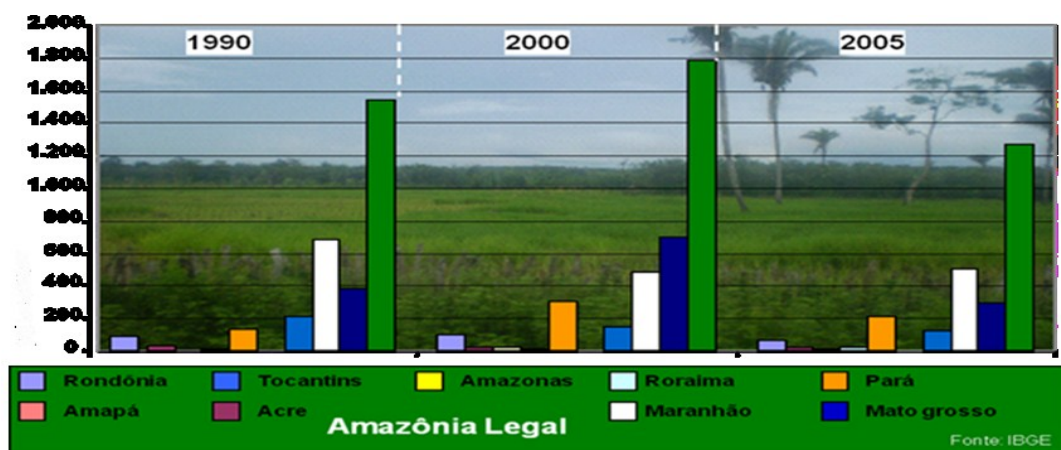


Gráfico 1 Evolução da Produção de Arroz na Amazônia Legal (1990 - 2005)
 Fonte: IBGE

No horizonte de duas décadas e meia (1970/1996), o número de estabelecimentos na Amazônia cresceu, média, 1,45% ao ano, enquanto a área ocupada expandiu-se a uma taxa de 3,5%. No intervalo de tempo entre 1985 e 1995, houve a apropriação de 10 milhões de hectares de terra, dos quais mais da metade feita por grandes estabelecimentos. Tomando como recorte os grupos de área, nota-se que os pequenos estabelecimentos (área menor que 50 hectares) vêm diminuindo quantitativamente (-2,5%), embora a área ocupada mantenha-se estabilizada. Os grandes estabelecimentos, do ponto de vista numérico, cresceram discretamente (0,83%), mas a expansão da área foi de 9%.

Em termos espaciais, nota-se que cada atividade, se articula a um determinado território e apresenta um grau de concentração que varia ao longo do período. No início de da década de 1990, a soja se restringia praticamente ao Mato Grosso, com inserção esporádica em outros estados da região. Posteriormente, esse quadro se modifica, apesar de o Mato Grosso continuar como o principal produtor. Em 1990, aproximadamente de 97% da produção de soja na região encontrava-se no Mato Grosso. Em 2005, essa concentração se altera um pouco, passando a ganhar relevância a produção dos estados de Rondônia, Tocantins, Pará e Maranhão.

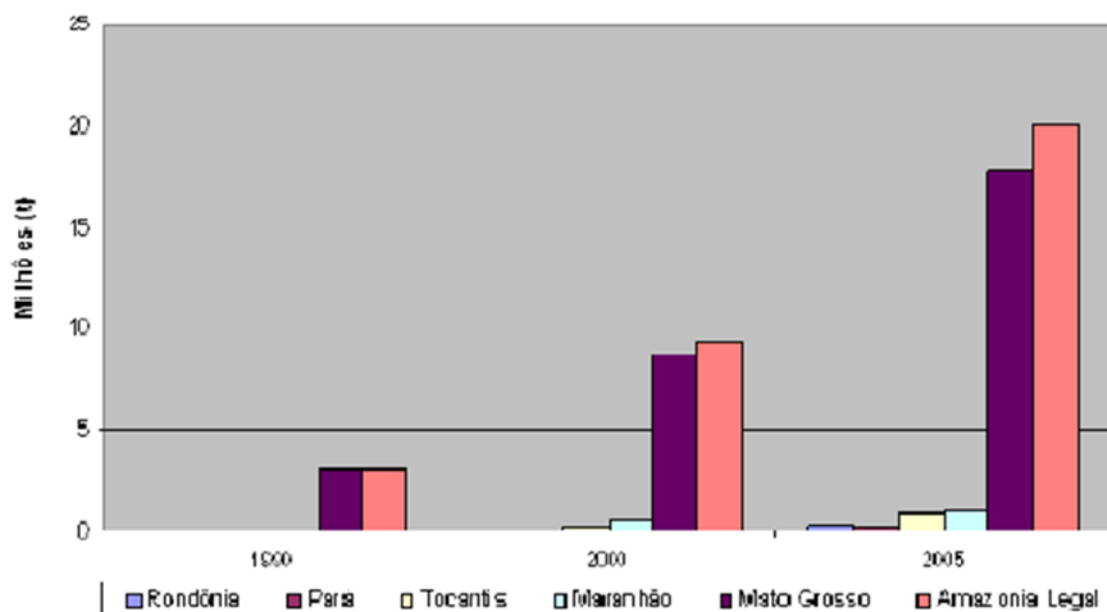


Gráfico 2 Evolução da Produção de Soja na Amazônia Legal (1990 - 2005)

Fonte: IBGE

Como se sabe a expansão da pecuária na Amazônia tem sido contínua deste os anos de 1970, mas agora a atividade ganha uma nova dimensão, inclusive em áreas onde não tinha importância, e cresce sem os tradicionais incentivos fiscais, comuns em épocas passadas. Em 1990, três estados, Mato Grosso, Pará e Tocantins, detinham mais de 2/3 do rebanho regional. Na década atual, o grau de concentração continua alto, mas a novidade é surgimento de Rondônia como grande produtor regional, possuindo o 3º maior rebanho, atrás apenas do Mato Grosso e do Pará.

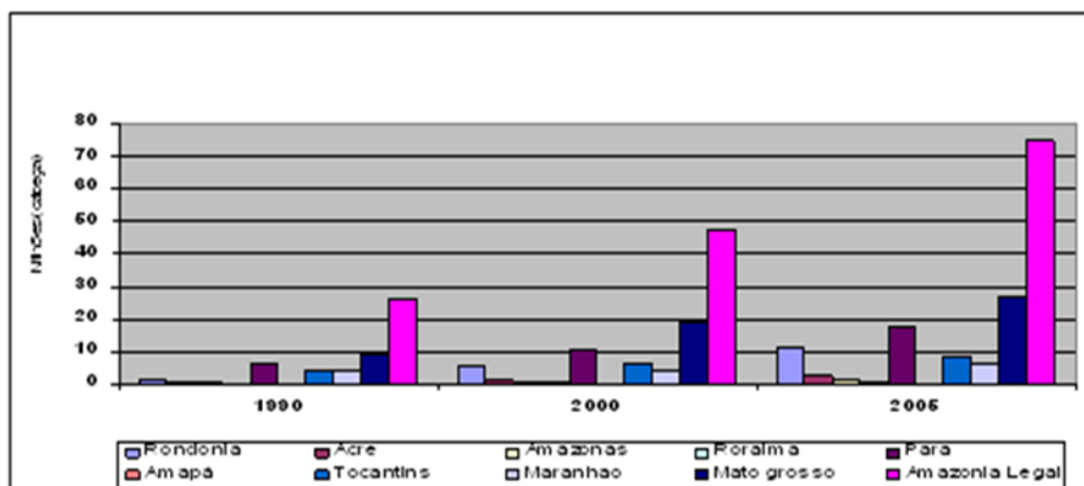


Gráfico 3 Evolução do rebanho bovino na Amazônia Legal (1990 - 2005)
Fonte: IBGE

Quanto o papel do principal produto da agricultura familiar, o arroz, percebe-se que sua produção tem sido caracterizada por altos e baixos, principalmente no Maranhão o maior produtor na década de 1990. A instabilidade está relacionada à abertura comercial que permitiu a entrada do arroz asiático e do Mercosul, à falta de incentivos governamentais e acesso ao crédito, principalmente daquele segmento da agricultura familiar (não-proprietários e pequenos proprietários), que continuam, nesta região, tendo importância na sua oferta. Além desses fatores, o avanço da soja, do eucalipto e da pecuária tem empurrado esses pequenos produtores para áreas mais distantes, contribuindo para a queda na produção. Até os anos de 1990, o Maranhão, sozinho, detinha 46% da área e, juntamente com Mato Grosso e Tocantins, representava 81% da área ocupada. Em 2005, o Mato Grosso é o responsável, respondendo por 42% da área colhida, chegando a 82% quando se soma às áreas do Maranhão e do Pará.

Os resultados preliminares da agropecuária (IBGE, 2006) mostram mudanças importantes no espaço produtivo da agropecuária brasileira. Mesmo sem alterar a área total cadastrada, algo em torno de 355 milhões de hectares, a atividade agrícola, entre 1996 e 2006, passou por mudanças importantes. A alteração se faz sentir, no uso da terra; na predominância do trabalho familiar; no aumento expressivo do rebanho e no crescimento da agricultura temporária. Reverteu-se, assim a tendência anterior, na área absoluta com lavoura. Em termos relativos, a mudança foi enorme, saindo de 12% para 22% da área total. A lavoura temporária e permanente saltou de 42 para 77 milhões de hectares. Mas, a grande novidade é que a dinâmica dos grãos foi comandada, em parte, por estados da Amazônia Legal. Fenômeno análogo se passa com a pecuária (cresceu em 15 anos quase 48 milhões), e quase 100% do crescimento da mesma estão atrelados a três estados da Amazônia Legal, Mato Grosso, Pará e Rondônia. (IBGE, 1990, 1996, 2006).

No caso do carvão proveniente de matas nativas, também, não é diferente, Maranhão e Pará são os grandes produtores desta matéria-prima e também de ferro gusa, só ficando atrás de Minas Gerais. O nível de concentração desta atividade só perde para a soja, estes dois estados, respondem por mais de 2/3 da oferta do produto, de um universo de dezenas de mesorregiões e centenas (de microrregiões e municípios) apenas quatro mesorregiões (2 do Pará e 2 do Maranhão); 8 microrregiões representam quase 2/3 da produção e 40% da produção são provenientes de apenas 15 municípios (11 do Maranhão e 5 do Pará). Entre 1990 a 2005, a mudança é significativa em termos espacial e também no nível de concentração do capital na atividade. Novas microrregiões do Maranhão, Pará e Mato Grosso ganham uma relevância que não tinha antes. As áreas tradicionais do Leste do Maranhão perdem importância como fonte principal dessa matéria-prima. As áreas novas deslocam-se para o Oeste, no Maranhão, e para o Sudeste, no caso do Pará, mais próximas, portanto das guseiras de Marabá (PA), Açailândia (MA) e Itinga (MA). Tal fenômeno se articula com a demanda acelerada por ferro gusa (dos últimos 10 anos) que foi excepcional e originária, sobretudo, da China, mas que veio perder fôlego no final da década, com crise instaurada em 2008.

Colado a aquelas três atividades do agronegócio na Amazônia, se encontra o desmatamento crescente e descomunal. Em 2006 o desmatamento atingiu 55 milhões de hectares. No intervalo de 1990/2000, cresceu 2% ao ano. Mas se o recorte for realizado

por quinquênios, percebe-se que em determinado momento chega a ser assustador. Por exemplo, no lustro 1990/1995, a taxa atinge a média de 16% a.a. Mato Grosso e Pará, por ordem de importância, são os grandes responsáveis por essa dinâmica, embora estejam neste cenário também os estados de Rondônia e Maranhão. Dependendo da área e do período, o desmatamento está associado a diversos fatores, como a agricultura itinerante, o agronegócio da soja, eucalipto, dendê, pecuária e também a mega investimentos de infra-estrutura executado pelo governo, como as linhas de transmissão de energia, barragens, oleoduto, ferrovia e rodovias. Ou seja, existem atores diversos, o Estado, grandes empresas e também pequenos agricultores. Até 1990, poderia se apontar como responsável maior a pecuária e o agricultura familiar, a partir de então, é a demanda externa dada pelo agronegócio da soja, carvão vegetal e outras monoculturas que dá o tom deste processo, claro que a pecuária e as obras do PAC também fazem parte desta etapa mais recente (MESQUITA, 2009)

Diante dessa nova configuração que o território assume na Amazônia, uma pergunta que se poderia fazer é o que teria levado a essa re-configuração da produção capitalista num espaço de tempo tão curto nesta área do país (Amazônia). Porque foi assim tão intenso? Inúmeros fatores podem ser arrolados para explicar essa transferência de função de áreas “tradicionais” com era o Sul/Sudeste para a Amazônia. Dentre eles podemos citar o crescimento da economia mundial, a ação do Estado via a política econômica favorável à expansão e a comercialização externa (Lei Kandir). Internamente, o aumento dos custos de produção no Sul e Sudeste; as facilidades de acesso a terra e de burlar a legislação; o aumento da renda *per capita* e o controle da inflação, foram fatores não desprezíveis de aquecimento a essa expansão da produção interna e de exportação crescente. Assim as taxas de crescimento superiores a 10% que se observam nas economias emergentes deram apenas o empurrão que faltava na consolidação de tais atividades nesta região do país. Mas, há também fatores que antecedem a esse ciclo *made in china*, que impulsionam essa corrida à terra destinada ou não ao agronegócio.

A espinha dorsal desta *nova geografia da pecuária* e da soja na Amazônia se encontra, de um lado, no crescimento da demanda externa, nos problemas estruturais e ganhos de produtividade que enfrentam os tradicionais fornecedores (externos) em relação ao país. Entretanto, o principal e fundamental está ainda no acesso fácil, e ainda barato e sem fiscalização a terra (de ninguém), que predomina a século nesta região

brasileira. Tal fato deixa a vontade os espertalhões de toda espécie a agir livre e impunemente. Os órgãos nacionais (Ministério do Desenvolvimento Agrário; Assuntos Estratégicos, Ministério da Integração, Defesa, dentre outros) tem pouco controle do que ocorre na Amazônia. O INCRA, por exemplo, em levantamento recente diz desconhecer o uso dado a milhões de hectares na Amazônia (14% do seu território), cerca de 710 mil/k² (duas vezes o tamanho da Alemanha), e, quem se apropria da mesma, se posseiros ou grileiros. Mas sabe que as mesmas estão articuladas as áreas de expansão do agronegócio e da mineração (Cuiabá/Santarém), Transamazônica e Leste do Pará, a maior parte deste *território de ninguém* se encontra neste estado, 288 mil/km², ou seja, quase 3 milhões de hectares (SILVA, 2008)

5 CONCLUSAO.

Sem dúvida, ocorreu uma notória mudança ao longo do período em foco: trata-se do declínio do papel ativo que o Estado detinha, enquanto promotor e indutor do desenvolvimento e da ascensão das forças de mercado. Desta troca de funções, percebe-se, mesmo que superficialmente, analisando os indicadores econômicos, sociais e ambientais na Amazônia, que o desenvolvimento que inseriu na lógica deste crescimento, segmentos específicos, não trouxe mudanças importantes para aquela parcela mais significativa da população brasileira (e amazônica). Ao contrario, ao fortalecer atividades muito especificas (*commodities*), constituídos por oligopólios e voltados a uma lógica externa a região, contribuiu ainda mais para enrijecer o esquema já secular de dominação sobre a terra e o trabalho, com conseqüências ainda a ser avaliadas. A indústria, por exemplo, continuou do mesmo tamanho (relativo), embora, passe por transformações no seu perfil, e a agricultura, apesar da ênfase no agronegócio, encolheu relativamente dentro da economia regional. A razão desta redução decorre do descaso frente à agricultura familiar e do baixo nível de organização que prevalece neste segmento social. A soja, a pecuária e o eucalipto, por sua vez, mudaram bastante, por conta da articulação com a demanda externa. Foi essa demanda que deu o ritmo e a dimensão desse crescimento (e da dinâmica do setor como um todo), em particular neste último quinquênio. Os alimentos básicos, no entanto, permanecem estagnados, sob diferentes aspectos, seja em termos de produtividade ou da produção física.

Esse cenário tem implicações de ordens diversas, pois, diz respeito a questões essenciais, relacionadas à segurança alimentar, distribuição da renda, acesso à terra, geração de emprego, a preservação ambiental, dentre outras, todas importantíssimas, mas que passam despercebidas, transformando o setor num *nó nórdico* que ninguém quer desatar. Ora, esse posicionamento não pode continuar por longo tempo, sob pena de esforços realizados em outras áreas não se concretizarem em termos de melhoria das condições de vida, especialmente da parcela da população rural que ainda continua dependendo da agricultura familiar.

A crise em andamento que já começa atingir uma parcela desta agricultura globalizada, rica e vulnerável. Isso poderia ser a *senha* para o Estado repensar esse modelo de atuação, pontual e excludente, que a política governamental, em todos os seus níveis, insiste em executar há mais de meio século. Tal postura trouxe resultados pífios para a parcela de agricultores voltados a produção de alimentos básicos, pequenos animais, extrativismo, pesca artesanal entre outros, que não dependem, pelo menos diretamente, deste ciclo em que se insere a produção de commodities.

Por fim é preciso lembrar ainda que o crescimento da mineração, da soja e da pecuária tem por base *a produção extensiva e de baixa produtividade*, ou seja, para crescer, ela necessita de áreas enormes. Esse padrão é insustentável. Em outras palavras, o seu “sucesso” traz embutido *o germe* de grandes problemas para a Amazônia, como o desmesurado *desmatamento, a concentração da terra e da renda*; a intensificação do *êxodo rural*, para ficarmos apenas nestes. Assim a “vantagem” de nos tornarmos grandes fornecedores de alimentos ao mundo, consubstanciados no “sensacional” crescimento das exportações, não compensa as desvantagens que advirão da consolidação, mais uma vez deste modelo monocultor e excludente por natureza.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante. **Nordeste e Amazônia: Novos caminhos de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro. XVII Fórum nacional; 2005

CEPAL. **Indicadores para el seguimiento del Plan Agro 2015. Actualización 2007**. Santiago: CEPAL, 2008.



FAPEMA – **Fundação de Amparo a Pesquisa do Maranhão**. A dinâmica recente do desenvolvimento do Maranhão: diagnóstico e perspectivas, relatório de pesquisa, São Luiz, 2008.

IBGE. **Sistema de Recuperação Automática SIDRA**, Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/carto.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P. Acesso em: 01 abril de 2008.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Política de Desenvolvimento e Desigualdade Regionais: o caráter seletivo e residual da intervenção governamental no Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, v.11, n.2 p27-54 jul./dez., São Luís: Programa de pós-graduação de Políticas Publicas, 2008a.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Demanda por alimentos e as conseqüências na Amazônia brasileira “sucesso” do agronegócio e tragédia do desmatamento**. In: 12^a Encuentro de Geógrafos de América Latina; Montevideú, Uruguai, 2009.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Política neoliberal e o impacto na expansão do agronegócio na Amazônia brasileira. In: **Anais do IV Colóquio Internacional da Sociedade de Economia Política e Pensamento Crítico Latino americano (SEPLA)**. Buenos Ayres, 2008b.

PAULA, Ricardo Afonso Zimbrão de. A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do Estado do Maranhão - 1970/2008. In: **Anais do XIII Encontro Regional de Economia**. Fortaleza, 2008.

SILVA, J. R. S. A construção de segurança alimentar, nutricional e soberana como condição para emancipação humana: alguns desafios e perspectivas para América Latina. In: **Anais do IV Colóquio Internacional da Sociedade de Economia Política e Pensamento Crítico Latino americano (SEPLA)**. Buenos Ayres, 2008.